

ELEIÇÕES

TSE busca observadores internacionais para pleito

Medida tem a intenção de aplacar ataques à lisura do processo. Itamaraty reclama

Sob pressão política no país, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu recorrer a observadores internacionais para aplacar ataques à lisura das eleições deste ano. A Corte disparou ofícios com convites para autoridades e organizações do exterior acompanharem a disputa pelo Planalto. A estratégia ocorre em meio a discursos do presidente Jair Bolsonaro (PL) que questionam, de forma antecipada, o resultado das urnas. As respostas aos chamamentos da Justiça Eleitoral devem começar a chegar no fim deste mês.

Entre os convidados notórios estão a União Europeia, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Carter Center, organização fundada pelo ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter na área dos direitos humanos.

A reação foi imediata. Em nota, o Ministério das Relações Exteriores disse, na quarta-feira, que o eventual convite à comunidade europeia destoa do modo de funcionamento convencional das missões de observação.

No comunicado, o Itamaraty disse “não ser da tradição do Brasil ser avaliado por organização internacional da qual não faz parte”. Ainda cita, por exemplo, o fato de que a União Europeia “não envia missões eleitorais a seus próprios estados membros”. No TSE, porém, prevalece o interesse de poder contar com grandes organizações internacionais.

Diferentemente dos observadores comuns, as Missões de Observação Eleitoral (MOE) têm como objetivo “contribuir para o aperfeiçoamento do processo eleitoral, ampliar a transparência e a integridade, bem como fortalecer a confiança pública nas eleições”. Esses grupos também celebram acordos com o compromisso de produzir relatórios, em até um ano, com as conclusões e eventuais recomendações à Justiça Eleitoral brasileira.

A OEA atuou como missão observadora nas eleições

Antonio Augusto/secom/TSE



As respostas aos convites da Corte presidida por Fachin devem começar a chegar no fim deste mês

Saiba mais

Queda gradativa

Com o passar dos anos, o número de observadores internacionais nas eleições brasileiras caiu. Levantamento feito pelo TSE mostra que, nos pleitos municipais de 2020, apenas seis convidados estrangeiros, de quatro países da América Latina, estiveram no Brasil para acompanhar a qualidade do processo eleitoral. Na eleição de 2018, vieram para cá 36 convidados

e quatro organizações de 14 países diferentes — a maioria africanos e latino-americanos em situação democrática menos consolidada do que a do Brasil; as exceções foram Portugal e Coreia do Sul. Os números, porém, nem se compararam com as votações de 2014 e 2010, quando mais de 50 autoridades de 20 nacionalidades diferentes fiscalizaram o sistema eleitoral brasileiro.

presidenciais de 2018 no Brasil. Na ocasião, parabenizou os esforços do tribunal contra as fake news. Foi um gesto de cortesia. Naquele ano, a Justiça Eleitoral brasileira foi criticada por não tomar iniciativas concretas contra a proliferação de notícias falsas. O Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições, instalado pelo TSE naquela ocasião,

sequer se reuniu presencialmente durante a disputa.

Outros convidados de destaque foram o Parlamento do Mercosul (Parlasul), a União Interamericana de Organismo Eleitorais (Uniore), a Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) — este último

confirmou em reunião com o presidente do TSE, Edson Fachin, que enviará uma missão de observação ao Brasil.

O TSE também tem se colocado à disposição de outros países para reforçar o intercâmbio observador, como já fez em anos anteriores. A Corte deve ter um de seus ministros efetivos escalado para acompanhar as eleições presidenciais da França, cujo segundo turno será disputado em 24 de abril.

Coordenadora-geral da Transparência Eleitoral Brasil, Ana Cláudia Santano ponderou que não é função dos observadores eleitorais “validar resultados”. “Caso aconteça a contestação do resultado das eleições, existe um universo de medidas, mas quem tem que validar o placar é a autoridade eleitoral”, afirmou ela, que tem experiência como observadora no exterior. “Não cabe aos convidados internacionais fiscalizar e defender resultados. Os observadores não emitem opinião. Cabe a eles reunir elementos sobre o processo.”

... E Bolsonaro tenta derrubar

O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a se posicionar contra o projeto de lei das fake news no Congresso e acusou ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de querer censurar as mídias sociais no país.

As críticas foram feitas durante live, ontem. Nos últimos meses, Bolsonaro vem direcionando ataques aos ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que se revezam na presidência da Justiça Eleitoral neste ano, período de eleições.

O chefe do Executivo disse estar procurando deputados que votaram a favor da urgência do projeto e tentando convencê-los a se posicionar contra se o requerimento voltar ao plenário. Uma delas é a deputada Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura de Bolsonaro.

“São três ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), os mesmos que estão no TSE, que têm interesse em censurar as mídias sociais. Não deviam estar se metendo nisso”, criticou. “Juiz que quer fazer lei peça demissão, se candidate e vá fazer lei na Câmara.” De acordo com o presidente, o projeto “vai ser um desastre para a informação” no Brasil.

Nesta semana, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o requerimento de urgência poderá voltar ao plenário, mas defendeu uma discussão mais aprofundada sem a contaminação do que chamou de “versões” a respeito da proposta.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Sincericídio aprofunda mal-estar no PSDB

É profundo o mal-estar no PSDB em razão das declarações do presidente da legenda, Bruno Araújo, num encontro reservado com quatro empresários paulistas, no qual revelou que a candidatura do ex-governador João Dória será removida no encontro dos partidos da chamada terceira via marcado para 18 de maio. A conversa foi gravada sem o tucano saber e vazou, confirmando o que todos já sabiam nos bastidores. Araújo é aliado do ex-governador mineiro Aécio Neves na operação para remover a candidatura de Dória.

A surpresa foi o fato de Bruno revelar que também não tem a intenção de apoiar o ex-governador gaúcho Eduardo Leite, que continua trabalhando para ser candidato a presidente da República, mas, sim, a senadora Simone Tebet (MS), pré-candidata do MDB. Não é o caso de Aécio Neves. Em outras circunstâncias, a gravação custaria o cargo de presidente do PSDB, mas não foi o que aconteceu, porque a conspiração é forte na bancada tucana. E o acordo feito pelos presidentes dos partidos da terceira via para escolher um candidato único serve de escudo para Araújo.

O próprio Dória, em declarações passadas, já havia admitido não ser candidato se outro nome surgisse de fora do PSDB, com mais pegada para cumprir o papel de unificador da frente de centro. Admitiu até a possibilidade de apoiar a senadora pantaneira. Mesmo assim, quando fala que a convenção dos quatro partidos da terceira via — PSDB, Cidadania, MDB e União Brasil — escolherá o candidato, Araújo esquece de combinar com Dória. É um dá ou desce por antecipação.

Ontem, o deputado Luciano Bivar, presidente do União Brasil, aprovou sua candidatura a presidente da República. Foi um jogo combinado com os presidentes das demais legendas para remover de vez a candidatura do ex-ministro Sergio Moro e abrir mais uma frente de batalha contra João Dória. Ao mesmo tempo, Bivar se coloca no jogo para ser o vice de alguém, que ninguém sabe ainda quem será. O que era para facilitar a unidade pode complicar.

Mesmo fragilizado eleitoralmente, será muito difícil remover a candidatura do ex-governador paulista, que fala para quem quiser ouvir que a não homologação de seu nome pela convenção da federação PSDS-Cidadania é um assunto a ser tratado pelos advogados da legenda. Ou seja, se Dória quiser, permanecerá candidato e recorrerá aos tribunais. Como tem um perfil de candidato que sempre fez campanha ancorado no marketing político, por cima das relações com os políticos — como aconteceu nas campanhas para a Prefeitura de São Paulo e o Palácio dos Bandeirantes — não se deve subestimar a teimosia de Dória.

Nem a resiliência de Simone Tebet, que conseguiu neutralizar as articulações do senador Renan Calheiros (AL) com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para desestabilizar sua candidatura. Com apoio do ex-presidente Michel Temer e do presidente do MDB, Baleia Rossi (SP), fez do limão uma limonada: o jantar dos velhos caciques do MDB com o petista na casa do ex-presidente do Senado Eunício de Oliveira serviu de pretexto para a manifestação de apoio da maioria dos presidentes regionais do partido à candidatura de Tebet. Como tirou por menos o que aconteceu, passou aos aliados uma imagem de equilíbrio e tranquilidade diante das adversidades.

O tempo urge

O tempo está se esgotando para o surgimento de uma candidatura de centro capaz de conter a recuperação do presidente Jair Bolsonaro, favorecido pela saída de Moro da disputa, e confrontar o ex-presidente Lula. Ciro Gomes (PDT) não cumpre esse papel, porque funciona como um muro de contenção do crescimento do petista numa faixa de centro-esquerda. Sem uma candidatura de centro-direita, o voto útil teria o efeito de aumentar a radicalização e a polarização no primeiro turno, cujo desfecho seria uma disputa mais apertada entre Lula e Bolsonaro no segundo, com o país convulsionado.

É com esse cenário que os estrategistas da terceira via trabalham, em busca de um candidato que reequilibre a disputa. Dória seria o nome natural, mas a alta taxa de rejeição coloca em xeque essa possibilidade. Eduardo Leite, também, porém, não haveria acordo possível com Dória por causa das prévias. Luciano Bivar é uma jogada para tirar Moro do páreo, não um cabeça de chapa. Simone Tebet pode ser uma alternativa nesse lusco-fusco, mas precisaria passar Dória nas pesquisas, o que também não é fácil.

De certa forma, as negociações da terceira via estão sendo conduzidas como um jogo de perde-perde, na base da conspiração e das traições, o que sempre dificulta os acordos. Se houvesse uma trégua no fogo amigo e um pacto entre os candidatos, e não apenas entre os partidos, haveria mais possibilidades de uma candidatura unificada.

Relator defende PL das fake news

» SAMANTA SALLUM
» RAPHAEL PATI*

Relator do projeto de lei das fake news, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) sustentou que o texto está “maduro” para ser votado na Câmara, sem a necessidade de passar por comissões. No último dia 6, o plenário da Casa rejeitou um requerimento para que a proposta tramitasse em regime de urgência. “Regime de urgência é um critério regimental para que você possa apreciar no plenário, sem ter a passagem pelas comissões, porque essa etapa de debate público foi feito em um grupo de trabalho montado durante o ano passado”, afirmou, em entrevista ao programa *CB.Poder*, parceria entre o *Correio* e a TV Brasília.

Como este é um ano eleitoral, Orlando Silva defende ser fundamental que a votação do PL ocorra ainda no primeiro semestre. Na avaliação dele, a aprovação é necessária para “ter uma eleição mais segura e ainda mais confiável”.

O parlamentar rebateu críticas de que o projeto prevê censura. Ele destacou que as próprias redes sociais já suspendem conteúdos considerados impróprios. “Hoje, você publica, a empresa avalia, decide e comunica: ‘Violou o nosso sistema de uso’. Nós consideramos isso errado, porque pode produzir um sistema de censura privado. Nós defendemos que haja o direito ao contraditório”, ressaltou.

Para Orlando Silva, a resistência ocorre devido à vontade de

Marcelo Ferreira/CB/DA.Press



Orlando Silva destaca a necessidade de votar texto neste semestre

Controvérsias

Entre os principais pontos do projeto, estão a criminalização das fake news, a exigência de que empresas de tecnologia tenham sede no país e a proibição dos disparos em massa nos aplicativos de mensagens. Há também trechos polêmicos, como a inclusão da imunidade parlamentar e dúvidas sobre como funcionará a regulação da lei. A ideia é que as novas regras sejam aplicadas já nas eleições de outubro, mas, agora, a tramitação deve ser mais longa.

blindar grupos. “As chamadas Big Techs, que controlam as redes sociais, têm lucros bilionários. Elas querem atuar para que seus grupos bilionários sejam preservados”, comentou.

Sobre a imunidade parlamentar, o deputado disse que a liberdade de expressão não é absoluta para o segmento. Na avaliação dele, os usuários, sem exceção, deveriam estar sujeitos às normas de controle. “Todo e qualquer brasileiro, do presidente da República à

pessoa mais simples e jovem, deve ter total liberdade de expressão. Agora, essa liberdade, como qualquer direito individual, tem um limite”, frisou. “Você não pode usá-la para atacar a democracia e as instituições da República. Então, todo mundo pode falar o que quiser, mas tem de se submeter a determinadas regras das comunidades”, acrescentou.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa